

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 16/2020/TCMPA, de 10 de dezembro de 2020.**

**EMENTA:** DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS INTERNOS, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, VINCULADOS À TRANSIÇÃO DE JURISDIÇÃO DOS GRUPOS DE MUNICÍPIOS, RELACIONADOS AO QUADRIÊNIO 2021-2024.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016** e **art. 3º e 15, incisos V e VII, do Regimento Interno (Ato nº 16)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** a missão institucional desta Corte de Contas de assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, efetividade, publicidade, impessoalidade e moralidade, exercida mediante o controle externo da Administração Pública, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

**CONSIDERANDO** a fixação jurisdicional dos grupos de municípios, mediante sorteio e com alternância dos respectivos Conselheiro-Relatores e Controladorias de Controle Externa, vinculados ao quadriênio 2021-2024, nos termos da **Resolução Administrativa nº 14/2020/TCMPA, de 14 de outubro de 2020**.

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação e uniformização dos procedimentos administrativos internos, vinculados à transição jurisdicional dos grupos de municípios, objetivando assegurar o aperfeiçoamento das ações de controle externo e monitoramento das ações e procedimentos com repercussão estendida entre as gestões municipais que se encerram em 31/12/2020 e as que se iniciam em 01/01/2021.

**CONSIDERANDO**, por fim, a proposta formulada pelo Exmo. Conselheiro DANIEL LAVAREDA, na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 02/12/2020, aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes à Sessão.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Os procedimentos administrativos internos, relacionados à transição jurisdicional estabelecida a partir da fixação dos novos Relatores e Controladorias de Controle Externo, obedecerão ao disposto na presente

Resolução Administrativa, observada a sucessão dos grupos de municípios e unidades gestoras, nos seguintes termos:

**I – 1ª Controladoria (2017-2020) – 4ª Controladoria (2021-2024);**

**II – 2ª Controladoria (2017-2020) – 6ª Controladoria (2021-2024);**

**III – 3ª Controladoria (2017-2020) – 1ª Controladoria (2021/2024);**

**IV – 4ª Controladoria (2017-2020) – 7ª Controladoria (2021-2024);**

**V – 5ª Controladoria (2017-2020) – 2ª Controladoria (2021-2024);**

**VI – 6ª Controladoria (2017-2020) – 3ª Controladoria (2021-2024);**

**VIII – 7ª Controladoria (2017-2020) – 5ª Controladoria (2021-2024).**

**Art. 2º.** Competem aos Conselheiros-Relatores e Controladorias sucedidos, durante o período de 10/12/2020 à 14/01/2021, o levantamento de informações e documentos que serão disponibilizados ao Gabinete do Conselheiro sucessor, até a data de 15/01/2021, sob a forma de Relatório de Atividades Jurisdicionais 2017-2020, dividido em capítulos, os quais se farão nominar e enumerar com os respectivos municípios e unidades gestoras, fixadas à pretérita relatoria.

**Art. 3º.** O Relatório de Atividades, previsto no art. 2º desta Resolução Administrativa, será instruído, obrigatoriamente, para cada município e/ou unidade gestora, com as seguintes informações:

**I – Detalhamento das fases/etapas de instrução, processamento e/ou julgamento das prestações de contas dos municípios e unidades gestoras, relacionadas ao quadriênio 2017-2020;**

**II – Montante total da despesa com pessoal apurada nos exercícios de 2019 e 2020;**

**III – Quantitativo de contratações temporárias, com os detalhamentos disponíveis de cargos e lotação, até 31/12/2020.**

**IV – Relação dos municípios que encaminharam informações, nos termos da **IN nº 16/2020/TCMPA**, relativos ao processo de transição de governo/gestão municipal 2020-2021, com detalhamento dos Poderes Executivo e Legislativo e documentação remetida.**

**V – Relação dos processos de denúncia e representação autuados no quadriênio, com os seguintes detalhamentos:**



- a) número do processo;
- b) unidade jurisdicionada vinculada;
- c) indicação do denunciante/representante e denunciado/representado;
- d) objeto da denúncia/representação;
- e) fase processual.

**VI – Relação dos processos de aplicação de medida cautelar autuados no quadriênio, com os seguintes detalhes:**

- a) número do processo;
- b) unidade jurisdicionada vinculada;
- c) ordenador responsável;
- d) objeto da cautelar;
- e) fase processual.

**§ 1º.** Sem prejuízo das informações previstas nos incisos I a V, deste artigo, poderão ser colecionados ao Relatório de Atividades outras informações e documentos, a critério do respectivo Conselheiro-Relator sucedido,

**§ 2º.** Nas hipóteses de inexistência de situação fática que comporte a prestação de informações e/ou disponibilização de documentos, competirá ao sucedido fixar declaração, junto ao Relatório de Atividades, de inexistência do mesmo e/ou da situação em evidência.

**§ 3º.** Para prestação das informações fixadas no inciso III, deste artigo, as Controladorias receberão o suporte do Núcleo de Atos de Pessoal (NAP).

**Art. 4º.** Os casos omissos, de repercussão específica em caso concreto ou de não atendimento aos termos desta Resolução serão submetidos à apreciação e deliberação do Tribunal Pleno.

**Art. 5º.** Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 10 de dezembro de 2020.**

**FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**

Conselheiro/Presidente

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro/Vice-Presidente

**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**

Conselheiro/Corregedor

**MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**

Conselheira/Ouvidora

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**SÉRGIO FRANCO DANTAS**

Conselheiro Substituto

